



Projeto de modernização da Justiça Militar vai à sanção

Proposta aprovada ontem no Plenário prevê, entre outras mudanças, a reclassificação do juiz-auditor em juiz federal. Caberá a ele julgar civis envolvidos em crimes militares

O projeto de reorganização e modernização da Justiça Militar da União foi aprovado ontem no Plenário do Senado e agora segue para sanção. A nova configuração prevista no texto transforma, por exemplo, o juiz-auditor da Justiça Militar da União em juiz federal da Justiça Militar.

De acordo com o Superior Tribunal Militar, autor da proposta, a requalificação traduz melhor a natureza do cargo, que é ocupado por um juiz aprovado em concurso da Justiça Federal. Caberá a esse profissional julgar civis envolvidos em crimes militares definidos por lei. **3**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Ao lado do senador Ataídes de Oliveira, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, comanda a sessão que aprovou projeto de reorganização da Justiça Militar



Gerardo Magesa/Agência Senado

Gilberto Occhi (E) faz balanço sobre desempenho do SUS, em audiência com participação do senador Waldemir Moka (D)

Ministro informa recorde de recursos para saúde

Até o final deste ano, a área de saúde pública terá recebido R\$ 131,4 bilhões, disse o ministro da Saúde, Gilberto Occhi, à Comissão Mista de Orçamento (CMO). O valor ficou acima do

piso constitucional de R\$ 112 bilhões.

O ministro disse também que o governo tem um "plano B" em caso de sobra de vagas no Programa Mais Médicos. **4**

CPI dos Maus-Tratos a crianças e adolescentes sugere 33 projetos

Com a aprovação do relatório de José Medeiros, a CPI dos Maus-Tratos encerrou ontem seus trabalhos. Foram apresentados 33 projetos

de lei, que tratam de temas como atendimento psicológico escolar, aumento de punições para abusos e exigência de denúncias. **4**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Medeiros, relator da CPI, e Malta, presidente, no encerramento dos trabalhos

Arquivo do Senado promove palestras sobre o Império **2**

Agricultura e turismo terão datas comemorativas **3**

Instalada MP que extingue empresa espacial **4**

Senadora Regina Sousa apresenta renúncia a cargo **2**

Congresso vota créditos, vetos e Orçamento antes do recesso

Sessão solene celebra 80 anos de Segurança Institucional

Uma sessão solene do Congresso celebrou ontem, no Plenário do Senado, os 80 anos do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. O autor do pedido para a homenagem, Fernando Collor, disse que

o órgão é indispensável à estabilidade da soberania nacional. Entre outras funções, o gabinete auxilia a Presidência em atribuições militares e na segurança do presidente, além de coordenar a política nuclear do país. **2**

Três cidades devem receber o título de capitais nacionais

O Plenário aprovou ontem projetos que conferem títulos a três municípios brasileiros. Salinas (MG) deve receber o título de Capital Nacional da Cachaça. A cidade já é conhecida pela fabricação da bebida. Já São Joaquim

(SC) será a Capital Nacional da Maçã. O município é o maior produtor da fruta no país. Farroupilha (RS) pode ser conhecida como a Capital Nacional da Uva Moscatel. As propostas seguem para sanção presidencial. **3**

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que o Congresso Nacional terá sessões nas duas próximas semanas para análise de vetos e créditos adicionais e para a conclusão da votação do Orçamento para 2019 antes do recesso parlamentar. **3**

Sessão celebra Gabinete de Segurança Institucional

Senadores homenagearam órgão da Presidência da República, fundado em 1938. O ministro-chefe do GSI, general Sérgio Etchegoyen, ressaltou a natureza democrática das funções de inteligência

ESSENCIAL PARA A garantia da democracia, da ordem e da segurança nacional, sempre em obediência à Constituição e em sintonia entre o Congresso Nacional. Esses foram os pontos destacados pelos participantes da sessão solene ontem em homenagem ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), que completou 80 anos de fundação.

— O órgão se apresenta, cada vez mais, como sustentáculo indispensável à estabilidade de nossas instituições democráticas e da própria soberania nacional — frisou Fernando Collor (PTC-AL), autor do pedido de homenagem que presidiu a sessão.

Fundado em 1938, o GSI passou por várias mudanças até chegar ao modelo atual, em que coordena as atividades de inteligência federal, auxilia a Presidência em suas atribuições militares e na segurança pessoal do presidente e de seus familiares e trata das questões que possam colocar em risco a estabilidade nacional, além de coordenar a política nuclear do país.

O modelo atual se consolidou com a criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), em 1999, e sua submissão à autoridade do ministro-chefe do GSI, explicou o atual ocupante do posto, Sérgio



Parlamentares e convidados participam da sessão no Plenário do Senado

Etchegoyen.

— Começava ali um processo de maturação institucional que tinha por premissa a ideia de que mesmo um regime democrático não pode prescindir de um serviço de inteligência capaz de assessorar adequadamente no processo decisório.

Lacunas

Collor e Etchegoyen defenderam a aprovação de propostas legislativas para preencher lacunas na atuação do GSI. Ambos mencionaram uma melhoria na coleta de dados de inteligência, mais automatizada, especialmente nas interceptações telefônicas e cibernéticas. Muitas vezes, a Abin precisa se socorrer de agências estrangeiras, o que gera vulnerabilidades, explicou o ministro. Há propostas de Collor e da deputada Jô

Moraes (PCdoB-MG) nesse sentido, lembrou.

Collor também mencionou a PEC 67/2012, de sua autoria, que, segundo ele, conceitua e define os fundamentos da atividade de inteligência, cria o Sistema Brasileiro de Inteligência e estabelece os critérios e os órgãos de controle.

Guaracy Silveira (DC-TO) agradeceu às Forças Armadas por proporcionarem tempos de paz ao país e a quem pede auxílio, como a Venezuela e o Haiti.

Wellington Fagundes (PR-MT) disse que “a base da nação brasileira está firme e segura graças a um conjunto de forças integradas pelo GSI”. Já Cristovam Buarque (PPS-DF) afirmou que, para garantir a segurança nacional, é preciso olhar pelo o quadro social do país.

Arquivo do Senado promove ciclo de palestras sobre o Império

O Senado iniciou ontem uma série de palestras de capacitação sobre o Império brasileiro. As palestras são destinadas a servidores da Casa que vão elaborar descrições minuciosas de documentos históricos do período sob a guarda do Senado. Servidores de outras áreas — e também da Câmara dos Deputados — podem participar.

A capacitação é uma das fases do projeto estratégico Gestão Arquivística e Preservação da Memória do Senado Federal.

As palestras começaram ontem e continuam hoje, na quinta e na sexta-feira da semana que vem. O tema é a “História da Assembleia Geral e do Senado e seus processos legislativos, abrangendo o período de 1826 a 1891. Entre outras atividades, feitas em parceria com a UnB, está a descrição de uma parte do acervo histórico que fica sob a guarda da Coordenação de Arquivo, tomando por base os documentos produzidos pelo Parlamento de fevereiro de 1826 a novembro de 1889.

Receita para venda de antibiótico prejudica mais pobres, diz Guaracy

Existe corporativismo na saúde brasileira, segundo Guaracy Silveira (DC-TO). Para o senador, situações como a necessidade de receita para a compra de antibióticos acabam prejudicando os mais pobres. Como exemplo, citou o preço de um antibiótico que custa R\$ 16 e o preço de uma consulta, R\$ 400.

O senador também criticou a exigência da presença de farmacêuticos em todas as drogarias. Para ele, isso só faria sentido se as farmácias fabricassem os remédios.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Paim lamenta aumento da pobreza registrado em pesquisa do IBGE

Paulo Paim (PT-RS) lamentou o aumento da pobreza no país. Citando pesquisa do IBGE, ele informou que mais 2 milhões de brasileiros passaram a viver nessa situação em 2017. São 54,8 milhões de pessoas, um aumento de quase 4%. O número representa 26,5% da população, estimada em 207 milhões em 2017.

— Para se consolidar, a democracia brasileira precisa ser fortalecida todos os dias. Não alcançamos sua plenitude se a pobreza e a fome pintarem com cores vivas.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Regina Sousa antecipará renúncia ao Senado

A senadora Regina Sousa (PT-PI) informou ontem, por meio de um memorando endereçado ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, que decidiu antecipar para 14 de dezembro a renúncia ao cargo. Regina foi eleita vice-governadora do Piauí na chapa do governador Wellington Dias (PT) e tomará posse no novo cargo no dia 1º de janeiro.

Eleita primeira suplente de Wellington em 2010, Regina

assumiu a vaga no Senado em 2015, depois que Dias tomou posse como governador do Piauí.

Com a renúncia de Regina, a vaga no Senado será assumida pelo deputado estadual José Santana (MDB), segundo suplente da coligação de Wellington, que ficará no cargo até o fim de janeiro.

O memorando foi lido na sessão plenária pelo senador Dário Berger (MDB-SC).



Regina foi eleita vice-governadora do Piauí e deixa o Senado no dia 14

Roque de Sá/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Pronunciamentos

9h Sessão não deliberativa, destinada a discursos parlamentares.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• **Alô Senado**: 0800 612211

• **Acompanhe**: Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• **Facebook**: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter**: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• **TV**: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Aprovada modernização da Justiça Militar da União

Projeto prevê, entre outras alterações, a requalificação do juiz-auditor em juiz federal, a quem caberá julgar civis envolvidos em crimes militares definidos em lei. Texto passou no Plenário e vai a sanção

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem um projeto que trata da reorganização e modernização da Justiça Militar da União. Entre outras mudanças, a proposta reclassifica o juiz civil e de carreira da Justiça Militar da União — conhecido hoje como juiz-auditor — para juiz federal da Justiça Militar. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 123/2018 segue para sanção.

Segundo o Superior Tribunal Militar (STM), autor do projeto, a requalificação traduz melhor a natureza do cargo, ocupado por um juiz aprovado em concurso da Justiça Federal. Caberá a esse juiz federal de carreira a missão de julgar civis envolvidos em crimes militares definidos em lei.

A proposta passou pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira e foi aprovada sem discussão no Plenário.

“As mudanças no regime disciplinar e no Estatuto da Magistratura representam inovações necessárias e adequadas”, avalia o relator do projeto na CCJ, senador Dário Berger (MDB-SC).

De acordo com a Lei 8.457, de 1992, alterada pelo projeto, tanto crimes militares praticados por civis quanto delitos cometidos por militares são julgados hoje pelos conselhos de Justiça. Esses colegiados são formados por



Eunício comanda a sessão que aprovou o projeto da Justiça Militar

quatro juízes militares e pelo atual juiz-auditor.

A proposta modifica a estrutura, que passará a ser presidida pelo juiz federal da Justiça Militar. A intenção é dar mais celeridade aos julgamentos, mantendo um mesmo juiz à frente de todo o processo.

Sorteio

Hoje os militares que atuam como juízes nos conselhos são escolhidos por sorteio e substituídos periodicamente. Para justificar a mudança, o STM argumenta que os civis não estão sujeitos à hierarquia e à disciplina vinculadas ao regime militar e, por isso, não poderiam continuar tendo suas condutas julgadas por militares.

Entre as atribuições do juiz federal da Justiça Militar, está o julgamento de habeas corpus, habeas data e mandado de segurança, impetrados

contra ato de autoridade militar e vinculados a processos criminais. Atualmente todos os recursos são julgados pelo STM. Com a mudança, abre-se a possibilidade de duplo grau de jurisdição na Justiça Militar.

Os senadores mudaram o texto aprovado pela Câmara para exigir exame psicotécnico para ingresso na carreira da magistratura militar. Os critérios estabelecidos para o exercício da função deverão constar do edital do concurso.

O senador José Pimentel (PT-CE) apresentou emenda de redação, acatada pelo relator. O texto fala em aposentadoria compulsória dos juízes aos 70 anos de idade, porque havia sido elaborado antes da Emenda Constitucional 88, que elevou a idade para 75 anos. Pimentel sugere que o texto observe a idade que a Constituição indica para a aposentadoria.

Plenário institui duas novas datas comemorativas

O Plenário aprovou duas novas datas comemorativas: a Semana Nacional da Agricultura Familiar, a ser celebrada na semana em que cair o dia 24 de julho, e o Dia Nacional do Turismólogo e dos Profissionais do Turismo, a ser comemorado em 27 de setembro. Os projetos que incluem as datas no calendário oficial seguem para a sanção do presidente.

A escolha do dia 24 de julho para comemorar a Semana Nacional da Agricultura Familiar foi proposta no PLC 4/2017 para coincidir com a data em que foi sancionada a Política Nacional de Agricultura Familiar. A Lei 11.326, de 2006, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar, estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas aos pequenos agricultores.

Para o presidente do Senado, Eunício Oliveira, que batiza a lei que permitiu a regulariza-

ção de dívidas de pequenos produtores rurais (Lei 11.322, de 2006), a criação da Semana Nacional da Agricultura Familiar é um reconhecimento da contribuição desse setor para a economia.

— A agricultura familiar tem um papel fundamental e importante para garantir comida nas mesas das pessoas e também para a geração de emprego e renda das pequenas famílias. Eu tenho muito orgulho de ter sido o autor da lei que, inclusive por gentileza do ex-presidente Lula, leva o meu nome. A Lei Eunício Oliveira já liberou mais de R\$ 6,5 bilhões de renegociação de dívida de pequenos agricultores — disse.

Depois de passar pela Câmara, o projeto, apresentado pelo deputado Heitor Schuch (PSB-RS), foi aprovado em junho pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde recebeu o apoio da relatora, Regina Sousa (PT-PI). A senadora lembrou, na ocasião, que

a agricultura familiar emprega pelo menos cinco milhões de famílias no país e é responsável pela maioria dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. O projeto foi apreciado ontem a pedido do senador Paulo Rocha (PT-PA).

Turismólogo

Já o projeto que estabelece 27 de setembro como o Dia Nacional do Turismólogo e dos Profissionais do Turismo, do deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), foi aprovado em julho pela CE.

Ao relatar o PLC 14/2017, José Agripino (DEM-RN) ressaltou que a data já é reconhecida como o Dia do Bacharel em Turismo. Ele alterou a nomenclatura da data a partir do reconhecimento da profissão de turismólogo em 2012. A homenagem foi ampliada para abarcar não apenas quem é formado em turismo, mas para todos os profissionais que atuam no setor.

Congresso terá sessões nas duas próximas semanas, diz Eunício

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou ontem que o Congresso Nacional terá sessões nas duas próximas semanas para análise de vetos e créditos adicionais e para a conclusão da votação do Orçamento para 2019.

— Na semana que vem devemos fazer uma sessão do Congresso para votar os PLNs [projetos de lei do Congresso] que ainda estão pendentes e para fazer a derrubada de alguns vetos que eu acho que foram apostos de uma forma técnica, mas, do meu ponto de vista político, inconveniente para ajudar a destravar alguns setores da economia brasileira. Eunício acrescentou que a

votação do Orçamento 2019 deve ocorrer em sessão do Congresso a ser realizada na semana de 17 a 21 de dezembro, última antes do recesso parlamentar de fim de ano.

Aguardam decisão do Congresso 11 vetos presidenciais e 17 projetos que abrem créditos especiais ou suplementares no Orçamento de 2018.

Eunício disse ainda que cedeu servidores da Consultoria de Orçamento do Senado à equipe de transição do governo federal, para que o próximo presidente e seus ministros analisem possíveis adaptações que ainda possam ser feitas no Orçamento de 2019 (PLN 27/2018).

Vão à sanção títulos de três cidades como capitais nacionais

O Plenário aprovou ontem projetos que conferem títulos a três municípios brasileiros. Salinas (MG), deve receber o título de Capital Nacional da Cachaça. A proposta (PLC 93/2018) segue para sanção.

A autora, deputada Raquel Muniz (PSD-MG), diz que a produção de cachaça é importante para a economia e da vida cultural do município, que mantém o Museu da Cachaça e o Festival Mundial da Cachaça. Quando aprovado na Comissão de Educação (CE), Cultura e Esporte, o relator, senador Antônio Anastasia (PSDB-MG), afirmou que o texto propõe o reconhecimento legal de uma realidade socialmente consagrada.

Também foi aprovado o PLC 49/2017, que denomina a cidade de São Joaquim (SC) como Capital Nacional da Maçã. O município é o maior produtor

da fruta no país.

“De cada 10 maçãs consumidas hoje no Brasil, se eu não estou equivocado, quatro são produzidas em São Joaquim”, destaca no relatório o senador Dário Berger (MDB-SC).

Já Farroupilha (RS) poderá ser a Capital Nacional da Uva Moscatel. É o que determina o PLC 83/2018, do deputado Henrique Fontana (PT-RS). Na votação da CE, o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), disse que Farroupilha obteve da Embrapa a indicação geográfica de procedência (IP) para os vinhos finos moscatéis: moscatel espumante, vinho fino tranquilo branco moscatel, frísante moscatel, licoroso moscatel, mistela e brandy de moscatel. A variedade da uva conhecida por moscato branco, citou, é tradicional da região desde os anos 1930 e não é encontrada em outros países.

Ataídes critica metodologia do IBGE para desemprego

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou a metodologia usada pelo IBGE para calcular os índices de desemprego no Brasil. O senador disse concordar com o presidente eleito, Jair Bolsonaro, que classificou a metodologia como “uma farsa”. Um dos problemas, disse, é a figura dos desalentados: trabalhadores que durante 30 dias procuram emprego, não conseguem e, por isso, são tirados da estatística de desempregados.

— Qual pai de família que, durante 30 dias, procura emprego e depois disso, resolve não mais procurar?

Valadares defende incentivo para quem denunciar corrupção

Projeto que estabelece incentivos financeiros para quem denunciar suspeitas de irregularidades em órgãos públicos ou empresas foi defendido por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Pela proposta do senador (PLS 323/2018), se a denúncia resultar em penalidades e na obrigação de reparar danos ao erário em até R\$ 1 milhão, o denunciante receberá entre 15% a 25% do valor recuperado. Se forem devolvidos de R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões, terá direito a de 5% a 15% do valor. Caso passe de R\$ 10 milhões, receberá de 1% a 5%.

Saúde terá recorde de recursos, diz ministro

Ao final de 2018, R\$ 131,4 bilhões terão sido aplicados na área, valor acima do piso constitucional, segundo afirmou ontem Gilberto Occhi à Comissão Mista de Orçamento

O MINISTRO DA Saúde, Gilberto Occhi, disse que este ano houve a aplicação de R\$ 131,4 bilhões na área de saúde pública, um recorde para o setor e acima do piso constitucional de R\$ 112 bilhões.

Occhi, que vai deixar o cargo no fim de dezembro, esteve ontem na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para prestar contas sobre indicadores da área nos dois primeiros quadrimestres do ano. O ministro afirmou ainda que o governo tem cumprido rigorosamente sua obrigação de transferência de recursos para estados e municípios. Até agosto, haviam sido repassados R\$ 78 bilhões, disse.

Segundo ele, deputados e senadores também não têm do que reclamar, pois o governo já pagou R\$ 4,1 bilhões dos R\$ 5,3 bilhões de emendas parlamentares obrigatórias, um número positivo, princi-

palmente levando-se em conta as restrições do período eleitoral.

— Este ano de 2018 foi excepcional sob o aspecto de pagamento de emendas no mesmo exercício. Já empenhamos mais de 90% e já pagamos quase 80% das emendas empenhadas em 2018. É uma questão a ser comemorada. O governo cumpre no mesmo exercício pagamentos e empenhos das emendas dos parlamentares.

Outras ações

O ministro citou ainda uma série de iniciativas consideradas importantes pelo Ministério da Saúde, como o aumento da cobertura vacinal depois de um período de queda dos indicadores de vacinação no país, a ampliação do serviço de hemodiálise (terapia renal substitutiva) e a realização de obras e aquisição de equipamentos para o aumento da rede de radioterapia.



Gilberto Occhi, deputado Geraldo Resende, deputado Juscelino Filho e senador Waldemir Moka na CMO

— Estive com o presidente Michel Temer em Roraima, onde não existia aparelho de radioterapia. A população precisava ir ao Amazonas para se tratar. Demos a ordem de serviço e nos próximos seis

meses a obra estará concluída. Os moradores poderão finalmente ter um tratamento oncológico completo — afirmou.

O ministro destacou ainda o avanço da informatização no setor, permitindo a produção

do prontuário eletrônico dos pacientes em mais de 20 unidades básicas de saúde. Além disso, foi lançado de modo experimental o aplicativo Di-giSus, que permite ao cidadão agendar eletronicamente sua consulta.

O senador Waldemir Moka (MDB-MS), relator da proposta de Lei Orçamentária para 2019, participou da audiência. O ministro prestou contas sobre indicadores e o desempenho orçamentário do Sistema Único de Saúde (SUS) nos dois primeiros quadrimestres do ano. Essa prestação de contas é uma exigência da Lei Complementar 141, de 2012, que estabelece recursos mínimos a serem aplicados na saúde.

Occhi diz que há um “plano B” em caso de sobra de vaga no Mais Médicos

Na CMO, Gilberto Occhi informou que 123 vagas do Programa Mais Médicos ainda não haviam sido preenchidas até ontem, véspera do fim do prazo de inscrição. O ministro disse que o governo tem um “plano B” caso haja desistências de profissionais já inscritos e continue sobrando vaga.

Occhi explicou que o edital estará aberto até as 23h59 de

hoje e disse esperar que as vagas sejam preenchidas. Se isso não ocorrer, o programa será aberto para médicos brasileiros formados no exterior.

— O profissional tem até 14 de dezembro para se apresentar. Caso isso não aconteça, já no dia 17, vamos publicar novo edital abrindo oportunidade para brasileiros formados no exterior, estrangeiros e mais

os médicos brasileiros com registro no Conselho Regional de Medicina [CRM].

Conforme o ministro, inicialmente foram 35 mil inscritos no programa, dos quais 8.394 escolheram suas cidades. Desses, 3.700 já entraram em contato com as respectivas secretarias municipais de Saúde. O governo está ofertando 8.517 vagas no total em 2.824

municípios. Segundo Occhi, o ministério cogita o uso dos formados em medicina com auxílio do Programa de Financiamento Estudantil (Fies).

— Enquanto eles estivessem prestando o serviço num determinado local, assumiríamos o financiamento que ele deve ao governo e pagaríamos ainda uma bolsa para ele se manter em qualquer cidade brasileira.

CPI dos Maus-Tratos sugere aprovação de 33 projetos

A CPI dos Maus-Tratos encerrou ontem seus trabalhos com a aprovação do relatório do senador José Medeiros (Pode-MT). O destaque foi a apresentação de 33 projetos de lei, que a partir da aprovação do relatório, passam a tramitar no Senado.

As propostas tratam de temas como atendimento psicológico e educação emocional no currículo escolar e punições maiores para pessoas que lidem com menores e cometam abusos.

Uma das propostas altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) incluindo as competências socioemocionais como um tema transversal nos currículos dos ensinos fundamental e médio. Outra proposta exige a presença de psicólogos no quadro funcional dos estabelecimentos da educação básica, que se responsabilizarão pela promoção da saúde mental e pela assistência psicológica aos estudantes. A CPI propõe também condicionar a emissão de licença de funcionamento para escolas à instalação de câmeras de monitoramento.

Medeiros disse que resolveu focar em aspectos ligados à inteligência emocional após audiência no ano passado com o então ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra.

— Sugerimos que as políticas públicas que propomos atuem em parceria com o Programa Criança Feliz — disse.

Eventos

Um dos projetos modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente para proibir a entrada de menores em eventos em que haja o livre fornecimento de bebidas alcoólicas, como bailes funk. Também foi proposto dar à autoridade judiciária o poder de disciplinar a presença de menores desacompanhados de seus pais em cinemas, teatros e mostras de arte.

Vários dos projetos endurecem punições. O primeiro deles altera o Código Penal, determinando o agravamento da pena por homicídio em um terço quando for praticado contra criança ou adolescente. No caso de estupro seguido de morte, a pena deverá ser de 20 a 30 anos de prisão.

Também é proposto o aumento do valor das multas a médicos, professores ou responsáveis por estabelecimentos escolares ou de saúde que deixem de comunicar à autoridade competente casos de maus-tratos contra menores.

Outro projeto obriga que qualquer pessoa com conhecimento de violência contra menor comunique o fato ao serviço de recebimento de denúncias (Disque 100), ao conselho tutelar ou à polícia que, por sua vez, deverão oficial imediatamente o Ministério Público. Uma última proposta prevê o confisco e a alienação de bem que tenha sido utilizado em crimes de tráfico de criança ou adolescente, ou contra a liberdade e dignidade sexual de menores.

O relatório também foca na adoção de medidas para a inserção profissional, educacional e social de jovens que vivam em instituições de acolhimento e em abrigos. O presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), disse que “combater maus-tratos contra menores é combater o mal na sua essência”.

Instalada comissão mista da MP que extingue empresa espacial

A comissão mista da medida provisória que extingue a empresa espacial binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) foi instalada ontem. O colegiado elegeu como presidente o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que designou a relatoria ao deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

A MP 858/2018 acaba com a ACS, organização criada em parceria entre os governos brasileiro e ucraniano para explorar comercialmente o lançamento de satélites a partir da base de Alcântara, no Maranhão.

A edição da medida ocorreu após o Brasil sair do Tratado sobre a Cooperação de Longo Prazo na Utilização do Veículo de Lançamentos Cyclone-4, assinado pelos dois países em 2003.

A decisão foi formalizada em 2015 pelo Decreto 8.494, quando o Brasil denunciou o tratado sob a alegação de falta de viabilidade comercial. A denúncia é um ato no qual um país manifesta sua

vontade de sair de um acordo internacional. Segundo o estatuto da ACS, a empresa deve ser liquidada em caso de denúncia por um dos países.

O governo brasileiro afirma que em janeiro acabaram os recursos financeiros que mantinham a empresa.

Auditoria

O TCU, em 2017, chegou a realizar uma auditoria no tratado, a pedido da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A fiscalização apontou que o Brasil gastou, até 2016, R\$ 483,9 milhões para integralizar o capital da ACS. O acordo com a Ucrânia, contudo, nunca evoluiu e nenhum satélite foi lançado do Centro de Lançamento de Alcântara.

A MP também estabelece o prazo para o fim da atuação dos membros do conselho de administração e da diretoria da empresa espacial e o fim dos mandatos dos membros do conselho fiscal.